

**ALENIO GOMES SOCIEDADE
INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ/MF: 58.704.874/0001-00**

PROPOSTA DE PREÇOS

Encaminhamos nossa proposta eletrônica, alusiva à Pesquisa de Preços nº 202504290001, que nos foi enviada pelo(a) Câmara Municipal de Caririaçu, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 06.743.298/0001-06, conforme protocolo datado aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco.

ITEM	DESCRÍÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO DIGITAL, GOVERNANÇA, GESTÃO, MONITORAMENTO, PROTEÇÃO DE DADOS E APOIO AO ENCARREGADO, COM FOCO NA LEI FEDERAL Nº 13.709 DE 2018, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ	SERVIÇO	12,00	Mês	10.400,00	124.800,00

Especificação: A LGPD tendo como a privacidade e proteção de dados no país, o que demanda a conscientização de toda a sociedade acerca da importância dos dados pessoais e os seus reflexos em direitos fundamentais como a liberdade, a privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, por tanto é de suma importância a contratação dos serviços técnicos especializados para realização de serviços de assessoria e consultoria em gestão de Dados, para a adequação Lei Geral de Proteção de Dados LGPD junto ao Legislativo Municipal de Caririaçu-Ceará.. DO DETALHAMENTO DO SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS: - Gestão de direito dos titulares, com o apoio ao órgão controlador na garantia dos direitos dos titulares estabelecidos na política de privacidade, suporte no relacionamento com os titulares dos dados, bem como a recomendação e descrição de procedimentos para o exercício dos seus direitos conforme a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e, suporte nas respostas às notificações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados; - Apoio na elaboração, indicação, orientação e recomendação para que o órgão tenha condições de instituir documentos atinentes a Lei Geral de Proteção de Dados, como os, Termos de Uso, Programa de Governança em Privacidade de Dados Pessoais, Plano de Resposta a Incidentes de Segurança e Privacidade, Política de Acesso e Classificação de Dados, Código de Conduta e Integridade, Termos de Consentimento e todos os demais documentos que vierem a ser indispensáveis a boa prática, tanto visando as necessidades particulares do órgão como as atualizações propostas pela lei; - Avaliação de conteúdo, documentos e informações no tocante a dados pessoais que serão tratados, respeitando os princípios da LGPD, bem como auxiliar no processo de tratamento de novos dados percebidos pelo órgão, desde sua coleta ao seu descarte; - Atividades de monitoramento e documentação, bem como a revisão contínua de Documentos, Políticas e Normas relacionadas a Gestão e Proteção de Dados Pessoais; - Levantamento dos contratos existentes (pessoais, prestação de serviços, licitatórios) e sua conformidade com a LGPD, identificando a necessidade de atualização ou a inclusão de cláusulas contratuais como os termos de confidencialidade e acordo para o tratamento de dados com os prestadores de serviços e servidores; - Esclarecimentos e orientações acerca dos procedimentos adotados pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e suas futuras atualizações; - Orientações e acompanhamento junto aos agentes de tratamento, em especial ao Encarregado/DPO do órgão; - Gestão, análise, identificação e tratamento dos riscos e incidentes que permeiam os tratamentos de dados realizados pelo órgão.



Para validar as informações aponte a câmara do seu celular para o QRCode ou acesse:
precodereferencia.m2atecnologia.com.br/validar-proposta-fornecedor/ e informar o código:
e6a3f7c825e811f096af25de4912406f

**ALENIO GOMES SOCIEDADE
INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ/MF: 58.704.874/0001-00**

A presente proposta importa no montante total de R\$ 124.800,00 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos reais)

Prazo de validade da proposta: **60 dias**

Forma de pagamento: **Mensal**

Condições de pagamento: **12 meses**

Declaro que na presente proposta de preço estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas incidentes sobre o objeto da pesquisa de preço.

Missão Velha / CE, 30 de abril de 2025

**ALENIO GOMES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ/MF N° 58.704.874/0001-00**



Para validar as informações aponte a câmara do seu celular para o QR CODE ou acesse:
precodereferencia.m2atecnologia.com.br/validar-proposta-fornecedor/ e informar o código:
e6a3f7c825e811f096af25de4912406f

ALENIO GOMES SOCIEDADE
INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ/MF: 58.704.874/0001-00

PROTOCOLO
PESQUISA DE PREÇOS N° 202504290001

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO DIGITAL, GOVERNANÇA, GESTÃO, MONITORAMENTO, PROTEÇÃO DE DADOS E APOIO AO ENCARREGADO, COM FOCO NA LEI FEDERAL N° 13.709 DE 2018, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ.

DADOS DO FORNECEDOR

NOME/RAZÃO SOCIAL: ALENIO GOMES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CPF/CNPJ: 58.704.874/0001-00 I.E/I.M: -- / --

ENDEREÇO: RUA TRILHO DE FERRO , 142

COMPLEMENTO: --

BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: Missão Velha

ESTADO: Ceará

CEP: 63.200-000

EMAIL: jose_alenio@hotmail.com

TELEFONE: (88) 9841-8177

Declaro para todos os fins de Direito, que recebi a PESQUISA DE PREÇOS supra citada, emitida aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, acompanhada do respectivo Termo de Referência/Projeto Básico, relativo ao objeto acima descrito.

Missão Velha / CE, ____ de _____ de _____

ALENIO GOMES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ/MF N° 58.704.874/0001-00



Para validar as informações aponte a câmara do seu celular para o QR CODE ou acesse: precodereferencia.m2atecnologia.com.br/validar-proposta-fornecedor/ e informar o código: e6a3f7c825e811f096af25de4912406f

**FELIPE SOUSA SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA
CNPJ/MF: 54.592.174/0001-10**

PROPOSTA DE PREÇOS

Encaminhamos nossa proposta eletrônica, alusiva à Pesquisa de Preços nº 202504290001, que nos foi enviada pelo(a) Câmara Municipal de Caririaçu, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 06.743.298/0001-06, conforme protocolo datado aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco.

ITEM	DESCRÍÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO DIGITAL, GOVERNANÇA, GESTÃO, MONITORAMENTO, PROTEÇÃO DE DADOS E APOIO AO ENCARREGADO, COM FOCO NA LEI FEDERAL Nº 13.709 DE 2018, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ	serviço	12,00	Mês	10.300,00	123.600,00

Especificação: A LGPD tendo como a privacidade e proteção de dados no país, o que demanda a conscientização de toda a sociedade acerca da importância dos dados pessoais e os seus reflexos em direitos fundamentais como a liberdade, a privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, por tanto é de suma importância a contratação dos serviços técnicos especializados para realização de serviços de assessoria e consultoria em gestão de Dados, para a adequação Lei Geral de Proteção de Dados LGPD junto ao Legislativo Municipal de Caririaçu-Ceará.. DO DETALHAMENTO DO SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS: - Gestão de direito dos titulares, com o apoio ao órgão controlador na garantia dos direitos dos titulares estabelecidos na política de privacidade, suporte no relacionamento com os titulares dos dados, bem como a recomendação e descrição de procedimentos para o exercício dos seus direitos conforme a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e, suporte nas respostas às notificações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados; - Apoio na elaboração, indicação, orientação e recomendação para que o órgão tenha condições de instituir documentos atinentes a Lei Geral de Proteção de Dados, como os, Termos de Uso, Programa de Governança em Privacidade de Dados Pessoais, Plano de Resposta a Incidentes de Segurança e Privacidade, Política de Acesso e Classificação de Dados, Código de Conduta e Integridade, Termos de Consentimento e todos os demais documentos que vierem a ser indispensáveis a boa prática, tanto visando as necessidades particulares do órgão como as atualizações propostas pela lei; - Avaliação de conteúdo, documentos e informações no tocante a dados pessoais que serão tratados, respeitando os princípios da LGPD, bem como auxiliar no processo de tratamento de novos dados percebidos pelo órgão, desde sua coleta ao seu descarte; - Atividades de monitoramento e documentação, bem como a revisão contínua de Documentos, Políticas e Normas relacionadas a Gestão e Proteção de Dados Pessoais; - Levantamento dos contratos existentes (pessoais, prestação de serviços, licitatórios) e sua conformidade com a LGPD, identificando a necessidade de atualização ou a inclusão de cláusulas contratuais como os termos de confidencialidade e acordo para o tratamento de dados com os prestadores de serviços e servidores; - Esclarecimentos e orientações acerca dos procedimentos adotados pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e suas futuras atualizações; - Orientações e acompanhamento junto aos agentes de tratamento, em especial ao Encarregado/DPO do órgão; - Gestão, análise, identificação e tratamento dos riscos e incidentes que permeiam os tratamentos de dados realizados pelo órgão.



Para validar as informações aponte a câmara do seu celular para o QRCode ou acesse:
precodereferencia.m2atecnologia.com.br/validar-proposta-fornecedor/ e informar o código:
e6a3f7ca25e811f096af25de4912406f

**FELIPE SOUSA SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA
CNPJ/MF: 54.592.174/0001-10**

A presente proposta importa no montante total de R\$ 123.600,00 (cento e vinte e três mil, seiscentos reais)

Prazo de validade da proposta: **60 dias**

Forma de pagamento: **Mensal**

Condições de pagamento: **12 meses**

Declaro que na presente proposta de preço estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas incidentes sobre o objeto da pesquisa de preço.

Caririaçu / CE, 2 de maio de 2025

**FELIPE SOUSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ/MF N° 54.592.174/0001-10**



Para validar as informações aponte a câmera do seu celular para o QR CODE ou acesse:
precodereferencia.m2atecnologia.com.br/validar-proposta-fornecedor/ e informar o código:
e6a3f7ca25e811f096af25de4912406f

FELIPE SOUSA SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA
CNPJ/MF: 54.592.174/0001-10

PROTOCOLO
PESQUISA DE PREÇOS N° 202504290001

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO DIGITAL, GOVERNANÇA, GESTÃO, MONITORAMENTO, PROTEÇÃO DE DADOS E APOIO AO ENCARREGADO, COM FOCO NA LEI FEDERAL N° 13.709 DE 2018, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ.

DADOS DO FORNECEDOR

NOME/RAZÃO SOCIAL: FELIPE SOUSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CPF/CNPJ: 54.592.174/0001-10 I.E/I.M: -- / --

ENDEREÇO: RUA LUIZ ROLIM , 111

COMPLEMENTO: -- BAIRRO: NORTE

MUNICÍPIO: Caririaçu ESTADO: Ceará CEP: 63.220-000

EMAIL: felipedesousabritoadv2@gmail.com TELEFONE: (88) 9947-0623

Declaro para todos os fins de Direito, que recebi a PESQUISA DE PREÇOS supra citada, emitida aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, acompanhada do respectivo Termo de Referência/Projeto Básico, relativo ao objeto acima descrito.

Caririaçu / CE, ____ de _____ de _____

FELIPE SOUSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ/MF N° 54.592.174/0001-10



Para validar as informações aponte a câmara do seu celular para o QRCode ou acesse: precodereferencia.m2atecnologia.com.br/validar-proposta-fornecedor/ e informar o código: e6a3f7ca25e811f096af25de4912406f

**SAMPAIO, RODRIGUES & MORAIS
ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ/MF: 48.769.613/0001-14**

PROPOSTA DE PREÇOS

Encaminhamos nossa proposta eletrônica, alusiva à Pesquisa de Preços nº 202504290001, que nos foi enviada pelo(a) Câmara Municipal de Caririaçu, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 06.743.298/0001-06, conforme protocolo datado aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco.

ITEM	DESCRÍÇÃO	MARCA	QTD.	UND.	V. UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)	
1	CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO DIGITAL, GOVERNANÇA, GESTÃO, MONITORAMENTO, PROTEÇÃO DE DADOS E APOIO AO ENCARREGADO, COM FOCO NA LEI FEDERAL Nº 13.709 DE 2018, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ		meses	12,00	Mês	10.350,00	124.200,00

Especificação: A LGPD tendo como a privacidade e proteção de dados no país, o que demanda a conscientização de toda a sociedade acerca da importância dos dados pessoais e os seus reflexos em direitos fundamentais como a liberdade, a privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, por tanto é de suma importância a contratação dos serviços técnicos especializados para realização de serviços de assessoria e consultoria em gestão de Dados, para a adequação Lei Geral de Proteção de Dados LGPD junto ao Legislativo Municipal de Caririaçu-Ceará.. DO DETALHAMENTO DO SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS: - Gestão de direito dos titulares, com o apoio ao órgão controlador na garantia dos direitos dos titulares estabelecidos na política de privacidade, suporte no relacionamento com os titulares dos dados, bem como a recomendação e descrição de procedimentos para o exercício dos seus direitos conforme a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e, suporte nas respostas às notificações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados; - Apoio na elaboração, indicação, orientação e recomendação para que o órgão tenha condições de instituir documentos atinentes a Lei Geral de Proteção de Dados, como os, Termos de Uso, Programa de Governança em Privacidade de Dados Pessoais, Plano de Resposta a Incidentes de Segurança e Privacidade, Política de Acesso e Classificação de Dados, Código de Conduta e Integridade, Termos de Consentimento e todos os demais documentos que vierem a ser indispensáveis a boa prática, tanto visando as necessidades particulares do órgão como as atualizações propostas pela lei; - Avaliação de conteúdo, documentos e informações no tocante a dados pessoais que serão tratados, respeitando os princípios da LGPD, bem como auxiliar no processo de tratamento de novos dados percebidos pelo órgão, desde sua coleta ao seu descarte; - Atividades de monitoramento e documentação, bem como a revisão contínua de Documentos, Políticas e Normas relacionadas a Gestão e Proteção de Dados Pessoais; - Levantamento dos contratos existentes (pessoais, prestação de serviços, licitatórios) e sua conformidade com a LGPD, identificando a necessidade de atualização ou a inclusão de cláusulas contratuais como os termos de confidencialidade e acordo para o tratamento de dados com os prestadores de serviços e servidores; - Esclarecimentos e orientações acerca dos procedimentos adotados pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e suas futuras atualizações; - Orientações e acompanhamento junto aos agentes de tratamento, em especial ao Encarregado/DPO do órgão; - Gestão, análise, identificação e tratamento dos riscos e incidentes que permeiam os tratamentos de dados realizados pelo órgão.



Para validar as informações aponte a câmara do seu celular para o QR CODE ou acesse:
precodereferencia.m2atecnologia.com.br/validar-proposta-fornecedor/ e informar o código:
e6a3f7c925e811f096af25de4912406f

**SAMPAIO, RODRIGUES & MORAIS
ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ/MF: 48.769.613/0001-14**

A presente proposta importa no montante total de R\$ 124.200,00 (cento e vinte e quatro mil, duzentos reais)

Prazo de validade da proposta: **60 dias**

Forma de pagamento: **Mensal**

Condições de pagamento: **12 meses**

Declaro que na presente proposta de preço estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas incidentes sobre o objeto da pesquisa de preço.

Juazeiro do Norte / CE, 2 de maio de 2025

**SAMPAIO, RODRIGUES & MORAIS ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ/MF N° 48.769.613/0001-14**



Para validar as informações aponte a câmara do seu celular para o QR CODE ou acesse: precodereferencia.m2atecnologia.com.br/validar-proposta-fornecedor/ e informar o código: **e6a3f7c925e811f096af25de4912406f**

SAMPAIO, RODRIGUES & MORAIS
ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ/MF: 48.769.613/0001-14

PROTOCOLO
PESQUISA DE PREÇOS N° 202504290001

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO DIGITAL, GOVERNANÇA, GESTÃO, MONITORAMENTO, PROTEÇÃO DE DADOS E APOIO AO ENCARREGADO, COM FOCO NA LEI FEDERAL N° 13.709 DE 2018, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ.

DADOS DO FORNECEDOR

NOME/RAZÃO SOCIAL: SAMPAIO, RODRIGUES & MORAIS ADVOGADOS ASSOCIADOS

CPF/CNPJ: 48.769.613/0001-14

I.E/I.M: -- / --

ENDEREÇO: RUA SAO CANDIDO , 684

COMPLEMENTO: --

BAIRRO: SALESIANOS

MUNICÍPIO: Juazeiro do Norte

ESTADO: Ceará

CEP: 63.050-218

EMAIL: Jmsampaio37@gmail.com

TELEFONE: (88) 9933-5840

Declaro para todos os fins de Direito, que recebi a PESQUISA DE PREÇOS supra citada, emitida aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, acompanhada do respectivo Termo de Referência/Projeto Básico, relativo ao objeto acima descrito.

Juazeiro do Norte / CE, ____ de _____ de _____

SAMPAIO, RODRIGUES & MORAIS ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ/MF N° 48.769.613/0001-14



Para validar as informações aponte a câmara do seu celular para o QRCode ou acesse:
precodereferencia.m2atecnologia.com.br/validar-proposta-fornecedor/ e informar o código:
e6a3f7c925e811f096af25de4912406f



Nota Técnica

Pesquisa de preços Nº 202504290001



Unidade responsável
CAMARA MUNICIPAL DE CARIRIACU
Câmara Municipal de Caririaçu



Chave de Acesso
e7328ef5-4da6-492f-a097-87a437fcb603



Data da Finalização
05/05/2025



Responsável
Iltan Brito Teixeira



Caso deseje validar os dados desta pesquisa, acesse o seguinte endereço:
http://127.0.0.1:8000/validacoes/validar_pesquisa/?codigo=e7328ef5-4da6-492f-a097-87a437fcb603

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação é a **CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO DIGITAL, GOVERNANÇA, GESTÃO, MONITORAMENTO, PROTEÇÃO DE DADOS E APOIO AO ENCARREGADO, COM FOCO NA LEI FEDERAL N° 13.709 DE 2018, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ.**

Considerando: a Gestão de Dados é vista de forma obrigatória desde a publicação da lei N° 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados LGPD, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais, entrando completamente em vigor em agosto de 2021, exigindo que todas as instituições públicas e privadas se adequem aos requisitos e obrigações para o tratamento de dados pessoais, protegendo os direitos de liberdade e privacidade de seus titulares.

Por meio deste, apresenta-se justificativa acerca da necessidade de contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de advocacia visando a adequação da legislação municipal aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados, incluindo treinamento presencial e on-line, com disponibilidade de serviço presencial para atender as necessidades, uma vez que o órgão, como integrante da Administração Pública, e no exercício de suas funções institucionais, utiliza-se dos dados pessoais indispensáveis ao cumprimento de suas obrigações legais e necessários à execução de políticas públicas, devendo seguir os princípios e as regras da LGPD, notadamente com os princípios, as bases legais, a garantia dos direitos dos titulares e outras regras específicas aplicáveis ao Poder Público. Além de conferir maior previsibilidade,



**ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU**



transparência e segurança jurídica ao uso compartilhado de dados, a observância dessas disposições legais constitui peça-chave para a promoção de uma relação de confiança com os titulares e para a adequada gestão de riscos pelos controladores, inclusive para evitar a ocorrência de abusos e desvio de finalidades.

Considerando: que Atualmente, o órgão possui cadastros, tanto físicos como em bancos de dados, e gestão interna com dados pessoais da sociedade civil deste município, estes cadastros precisam melhorar seus processos de estruturação de dados, informações e documentos não apenas para cumprir as legislações vigentes correlatas a governança da gestão de dados ou da gestão de documentos, mas também para melhorar o seu processamento e tratamento, a fim de elevar a qualidade dos serviços públicos prestados.

Considerando: a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabeleceu a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e sua alteração pela Lei 13.853, de 08 de julho de 2019, vislumbra-se a necessidade de implementar um conjunto de controles, normas, procedimentos, padrões e sistemas que visem o estabelecimento, a implantação, o monitoramento, análise e o melhoramento contínuo da segurança dos dados pessoais e fiscais sob a responsabilidade e tutela do órgão.

Sabe-se da crescente importância e do reconhecimento da proteção e tratamento dos dados pessoais e fiscais dos contribuintes, que suscita a perquirição por um ambiente seguro, a melhoria dos processos de trabalho, a adoção de novas tecnologias e, sobretudo, a conscientização e educação das pessoas. Os dados pessoais integram o âmbito de proteção dos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade, de intimidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural ou jurídica., pela Administração Pública também ser uma das destinatárias da lei, à medida que ela trata dados particulares, devendo então se adequar ao novo regime, havendo, portanto, um capítulo da lei voltado especificamente ao tratamento de dados pelo Poder Público, ela também, por meio da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, terá a incumbência de fiscalizar, impulsionar os processos administrativos e aplicar sanções para os agentes de tratamentos de dados que não atuem na conformidade das novas determinações. Compete à autoridade nacional, entre outras atribuições: zelar pela proteção dos dados nos termos da legislação; observar os segredos comercial e industrial; elaborar as diretrizes da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e fiscalizar e aplicar as sanções em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação.

Considerando: a Administração Pública vem há muito tempo coletando dados pessoais de maneira indiscriminada e sem se preocupar com princípios elencados no art. 6º na LGPD - especialmente finalidade, adequação, necessidade ou mesmo segurança e nem com o caput do art. 23, que define que o tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público "deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público". Via de regra, optava-se por maximizar a coleta de dados, mesmo sem ter a certeza em relação à sua necessidade para atender sua finalidade pública, para executar suas competências e atribuições legais, como previsto no caput do art. 23 da LGPD. Contudo é fundamental que o setor público esteja em conformidade com a nova legislação, sem prejuízo à consecução de suas atividades finalísticas. E essa adequação vale para toda e qualquer entidade pública, inclusive para os municípios, que possuem, invariavelmente, dificuldades com disponibilidade de recursos - orçamentários, de infraestrutura e pessoal o que torna a jornada de adequação mais complexa.

Reforçando seu papel orientativo, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) lançou em 28.01.2022, o Guia Orientativo sobre Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público. Em razão de seu papel orientativo, a ANPD editou o Guia para auxiliar entidades e órgãos públicos nas atividades de adequação e de implementação da LGPD no Poder Público para facilitar a visualização das sugestões que serão adotadas. No guia, reforça-se que a ANPD possui competência originária, específica e uniformizadora no que concerne à proteção de dados pessoais e à aplicação da LGPD, previsão legal que deve ser interpretada de forma a se compatibilizar com a atuação de outros entes públicos que possam eventualmente tratar sobre o tema. A esse respeito, a LGPD (art. 55-J, § 3º) estabelece que a ANPD deve atuar em coordenação e articulação com outros órgãos e entidades públicos, visando assegurar o cumprimento de suas atribuições com maior eficiência e promover o adequado funcionamento dos setores regulados.

Conforme o art. 7º, II, da LGPD, o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público poderá ser realizado "para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador". A mesma hipótese está prevista no art. 11, II, a, que rege o tratamento de dados sensíveis. Já o inciso III do art. 7º da LGPD estabelece que a "administração pública" pode realizar "o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres". Por sua vez, em relação aos dados sensíveis, o art. 11, II, b, refere-se ao "tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos".

Considerando: que em todos os casos, Gestão de Dados, Informações ou Documentos, sabe-se que a administração pública necessita da prestação de serviços especializados realizados por profissionais qualificados, aptos a realizar diagnóstico situacional e levantamento de requisitos técnicos para os procedimentos operacionais que deverão estar em conformidade regulatória.



II - FONTES CONSULTADAS

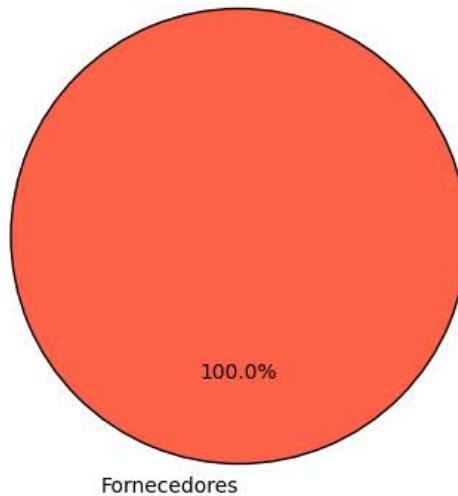
2.1. Parâmetros utilizados na definição do Valor estimado

Para a definição do valor estimado da contratação, foram aplicados os seguintes parâmetros conforme IN SEGES/ME nº 65/2021:

- **Artigo 5º, Inciso IV:** pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

O gráfico abaixo representa a distribuição dos parâmetros utilizados para definir o valor estimado.

Distribuição dos Parâmetros Utilizados



A análise dos dados permite observar a importância de cada parâmetro na estimativa de preços, oferecendo maior confiabilidade ao processo.

2.2. Justificativa para a não prioridade das consultas aos sistemas oficiais e contratações públicas

Neste caso, não foi possível priorizar as consultas aos sistemas oficiais de preços e contratações públicas similares para a definição do valor estimado, conforme recomendado pelo artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021. As bases oficiais de preços, como o Painel de Preços e o banco de preços em saúde, não apresentaram informações suficientemente representativas ou atualizadas para o tipo específico de serviço necessário para esta contratação.

Por isso, optou-se por realizar pesquisa direta com fornecedores. As cotações coletadas junto a três fornecedores especializados permitiram a obtenção de um valor atualizado, ajustado às necessidades técnicas e especificidades do objeto. Essa abordagem garantiu que o valor estimado



estivesse em conformidade com as condições de mercado e assegurasse a competitividade e exequibilidade das propostas.

2.3. Consulta direta com fornecedores e justificativa para a escolha dos fornecedores

Para garantir um levantamento de preços confiável e atualizado, foram realizadas cotações junto a três fornecedores especializados no setor. Abaixo estão as informações dos fornecedores consultados, incluindo as datas de envio e resposta, bem como as justificativas para a escolha de cada um:



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU



Fornecedor	Apresentou proposta	Data envio	Data proposta	Justificativa para escolha
FELIPE SOUSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	SIM	30/04/2025	02/05/2025	Justifica-se a cotação realizada junto ao fornecedor, tendo em vista que não foi possível a obtenção de parâmetros objetivos nos preços praticados pelo poder público, em relação ao detalhamento dos serviços que serão desempenhados junto à está Câmara Municipal de Caririaçu/CE. Considerando ainda que o fornecedor já participou de certames licitatórios anteriormente junto ao poder público, demonstrando não apenas familiaridade com os procedimentos e requisitos de contratação, mas também um histórico de cumprimento e aderência às normativas e padrões exigidos para o cumprimento da obrigação contratual.
SAMPAIO, RODRIGUES & MORAIS ADVOGADOS ASSOCIADOS	SIM	30/04/2025	02/05/2025	Justifica-se a cotação realizada junto ao fornecedor, tendo em vista que não foi possível a obtenção de parâmetros objetivos nos preços praticados pelo poder público, em relação ao detalhamento dos serviços que serão desempenhados junto à está Câmara Municipal de Caririaçu/CE. Considerando ainda que o fornecedor já participou de certames licitatórios anteriormente junto ao poder público, demonstrando não apenas familiaridade com os procedimentos e requisitos de contratação, mas também um histórico de cumprimento e aderência às normativas e padrões exigidos para o cumprimento da obrigação contratual.
ALENIO GOMES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	SIM	30/04/2025	30/04/2025	Justifica-se a cotação realizada junto ao fornecedor, tendo em vista que não foi possível a obtenção de parâmetros objetivos nos preços praticados pelo poder público, em relação ao detalhamento dos serviços que serão desempenhados junto à está Câmara Municipal de Caririaçu/CE. Considerando ainda que o fornecedor já participou de certames licitatórios anteriormente junto ao poder público, demonstrando não apenas familiaridade com os procedimentos e requisitos de contratação, mas também um histórico de cumprimento e aderência às normativas e padrões exigidos para o cumprimento da obrigação contratual.

Justificativa Adicional:

- A seleção desses fornecedores baseou-se na experiência técnica e na capacidade comprovada de atender ao setor público, assegurando cotações que são representativas e atualizadas.
- As respostas das Empresas ALENIO GOMES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA,

RUA Carlos Morais, 421- Centro – Caririaçu – Ceará – CEP: 63.220-000 – Fone: (88) 3547-1209
CNPJ: 06.743.298/0001-06 – CGF Nº 06.920.327-0

Site: www.camaracaririacu.ce.gov.br Email: camaracaririacu@hotmail.com

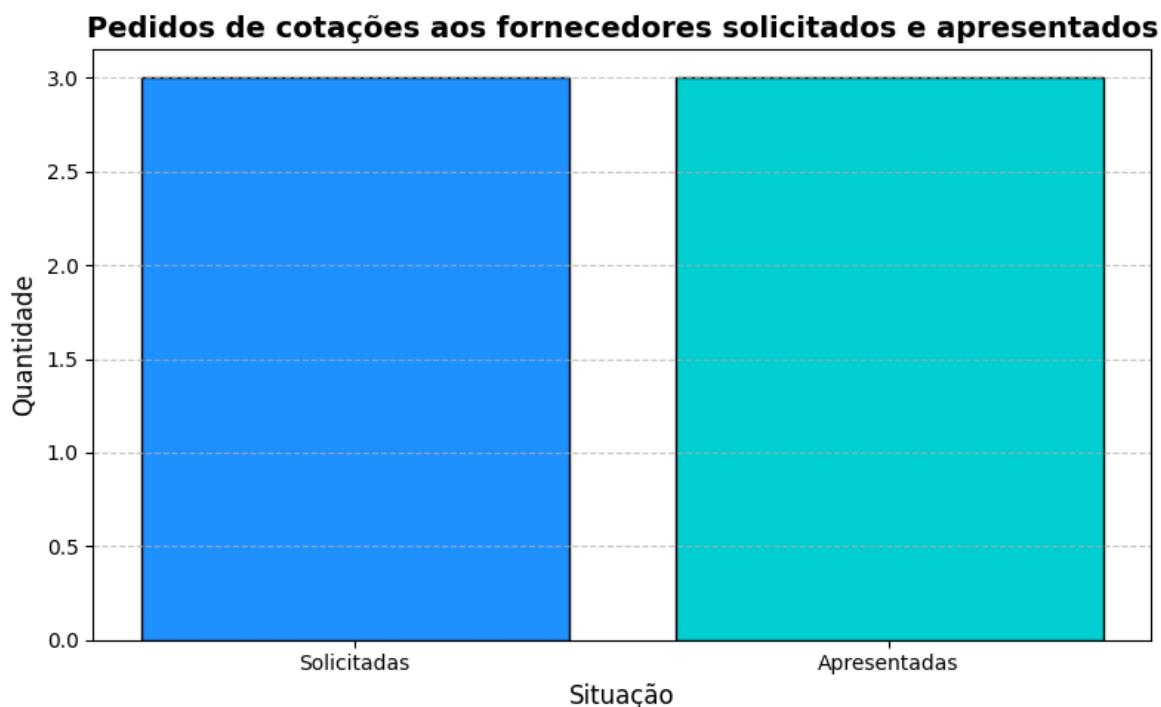


**ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU**



FELIPE SOUSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e SAMPAIO, RODRIGUES & MORAIS ADVOGADOS ASSOCIADOS trouxeram dados consistentes que complementaram informações de bases oficiais, permitindo uma estimativa de preço realista e adequada às necessidades específicas do objeto de contratação.

Este gráfico ilustra a quantidade de pedidos de cotações enviados a fornecedores, destacando quantos apresentaram respostas e quantos não responderam. As categorias incluem cotações enviadas, respondidas e não respondidas, permitindo uma visão clara da adesão dos fornecedores ao levantamento realizado.



2.4. Consideração do mínimo de três cotações

Para garantir a precisão e a confiabilidade na definição do valor estimado, foram analisados preços obtidos a partir de cotações válidas, em conformidade com as parâmetros definidas no item 2.1 desta Nota Técnica. Esse procedimento busca garantir que o valor estimado seja fundamentado em informações consistentes, refletindo as condições reais do mercado e alinhando-se às melhores práticas de contratação pública.

Sempre que possível, o projeto foi realizado com base em um conjunto de três ou mais cotações obtidas de fontes confiáveis e representativas do mercado. Essa abordagem promove uma amostragem robusta, conferindo maior precisão ao valor estimado e assegurando a representatividade do levantamento de preços. Além disso, tal prática reforça a transparência e a fundamentação técnica do processo de contratação, cumprindo os princípios de economicidade e de eficiência.

Conforme definido no item 2.1 desta Nota Técnica, as cotações foram selecionadas e evidenciadas de modo a excluir preços inexequíveis, inconsistentes ou esperados elevados, garantindo que o valor estimado seja construído com base em dados de qualidade e condições com a realidade mercadológica. Essa metodologia também visa evitar distorções que possam comprometer a regularidade do processo licitatório.

Esse método reforça o compromisso com uma gestão pública responsável, promovendo a



**ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU**



aplicação criteriosa dos recursos públicos e garantindo que o processo licitatório seja prorrogado com o devido rigor técnico e alinhamento às normas aplicáveis.

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

A tabela a seguir apresenta os preços coletados, discriminando as fontes e evidenciando a diversidade dos dados para uma visão abrangente do mercado.

Item 1 - CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO DIGITAL, GOVERNANÇA, GESTÃO, MONITORAMENTO, PROTEÇÃO DE DADOS E APOIO AO ENCARREGADO, COM FOCO NA LEI FEDERAL N° 13.709 DE 2018, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ

ESPECIFICAÇÃO:

A LGPD tendo como a privacidade e proteção de dados no país, o que demanda a conscientização de toda a sociedade acerca da importância dos dados pessoais e os seus reflexos em direitos fundamentais como a liberdade, a privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, por tanto é de suma importância a contratação dos serviços técnicos especializados para realização de serviços de assessoria e consultoria em gestão de Dados, para a adequação Lei Geral de Proteção de Dados LGPD junto ao Legislativo Municipal de Caririaçu-Ceará. DO DETALHAMENTO DO SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS: - Gestão de direito dos titulares, com o apoio ao órgão controlador na garantia dos direitos dos titulares estabelecidos na política de privacidade, suporte no relacionamento com os titulares dos dados, bem como a recomendação e descrição de procedimentos para o exercício dos seus direitos conforme a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e, suporte nas respostas às notificações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados; - Apoio na elaboração, indicação, orientação e recomendação para que o órgão tenha condições de instituir documentos atinentes a Lei Geral de Proteção de Dados, como os, Termos de Uso, Programa de Governança em Privacidade de Dados Pessoais, Plano de Resposta a Incidentes de Segurança e Privacidade, Política de Acesso e Classificação de Dados, Código de Conduta e Integridade, Termos de Consentimento e todos os demais documentos que vierem a ser indispensáveis a boa prática, tanto visando as necessidades particulares do órgão como as atualizações propostas pela lei; - Avaliação de conteúdo, documentos e informações no tocante a dados pessoais que serão tratados, respeitando os princípios da LGPD, bem como auxiliar no processo de tratamento de novos dados percebidos pelo órgão, desde sua coleta ao seu descarte; - Atividades de monitoramento e documentação, bem como a revisão contínua de Documentos, Políticas e Normas relacionadas a Gestão e Proteção de Dados Pessoais; - Levantamento dos contratos existentes (pessoais, prestação de serviços, licitatórios) e sua conformidade com a LGPD, identificando a necessidade de atualização ou a inclusão de cláusulas contratuais como os termos de confidencialidade e acordo para o tratamento de dados com os prestadores de serviços e servidores; - Esclarecimentos e orientações acerca dos procedimentos adotados pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e suas futuras atualizações; - Orientações e acompanhamento junto aos agentes de tratamento, em especial ao Encarregado/DPO do órgão; - Gestão, análise, identificação e tratamento dos riscos e incidentes que permeiam os tratamentos de dados realizados pelo órgão.

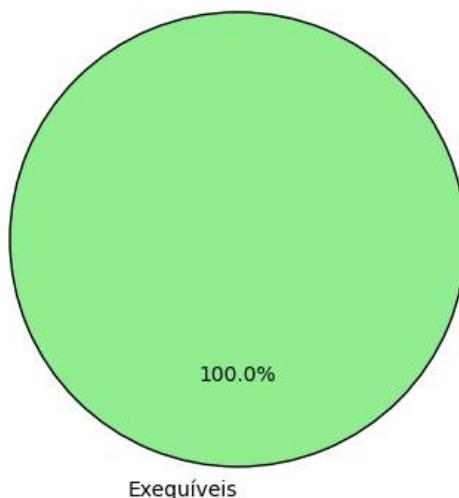
QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇOS	D. PADRÃO (R\$)	C. V.	REL MINIMO (R\$)	REL MÁXIMO (R\$)
12,00	Mês	3	50,00	0,48%	10.300,00	10.400,00
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA		FONTE		DATA PRATICADA	PREÇO
1.1	-- -		Fornecedor		02/05/2025	10.350,00
IDENTIFICAÇÃO	FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO			
8612692	SAMPAIO, RODRIGUES & MORAIS ADVOGADOS ASSOCIADOS		Exequível			
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA		FONTE		DATA PRATICADA	PREÇO
1.2	-- -		Fornecedor		02/05/2025	10.300,00
IDENTIFICAÇÃO	FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO			
8615563	FELIPE SOUSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA		Exequível			
PREÇO	ÓRGÃO/EMPRESA		FONTE		DATA PRATICADA	PREÇO
1.3	-- -		Fornecedor		30/04/2025	10.400,00
IDENTIFICAÇÃO	FORNECEDOR		CLASSIFICAÇÃO			
8607302	ALENIO GOMES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA		Exequível			

Esta tabela reflete uma análise abrangente dos preços praticados, incluindo fontes governamentais e cotações do setor privado, permitindo uma análise crítica e comparativa dos valores.

O gráfico abaixo representa as classificações gerais dos preços coletados.



Distribuição dos tratamentos de preços coletados



IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. Justificativa para o uso de um único método

Para a obtenção do preço estimado, foi aplicado exclusivamente o método de **média aritmética** em toda a pesquisa. Esse método foi escolhido como o mais adequado para estimar o valor dos itens, considerando a homogeneidade das cotações obtidas e a consistência das variações entre os valores.

- **Média aritmética:** Optou-se pela média aritmética para assegurar um valor representativo e equilibrado para todos os itens, dado que as cotações apresentaram variação moderada. A média proporciona uma visão centralizada do mercado e evita distorções causadas por valores isoladamente altos ou baixos.

A aplicação de um único método trouxe uniformidade à pesquisa, garantindo uma estimativa confiável e adequada para todos os itens, cumprindo com os princípios de eficiência e economicidade.

V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. Memória de cálculo



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU



ITEM	QUANTIDADE	METODOLOGIA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1 - CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO DIGITAL, GOVERNANÇA, GESTÃO, MONITORAMENTO, PROTEÇÃO DE DADOS E APOIO AO ENCARREGADO, COM FOCO NA LEI FEDERAL Nº 13.709 DE 2018, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ	12,0	Média	10.350,00	124.200,00

5.2. Conclusão

O preço estimado para a contratação é de R\$ 124.200,00 (cento e vinte e quatro mil, duzentos reais).

Esse valor, resultado de uma pesquisa de mercado ampla e criteriosa, reflete uma estimativa alinhada com as práticas atuais do setor e assegura que o processo licitatório seja fundamentado em valores justos e realistas.

Certifica-se, assim, que o preço estimado atende aos requisitos de vantajosidade e economicidade exigidos pela Administração, promovendo uma contratação pública eficiente e em conformidade com o interesse público.

VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: ILTAN BRITO TEIXEIRA, matrícula nº PORTATIA.

Caririaçu, 05 de maio de 2025

ILTAN BRITO TEIXEIRA
RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS